

PROJETO DE LEI Nº

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA POLITICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM

ALBINISMO.

Artigo 1°: Esta lei institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da

Pessoa com Albinismo

Artigo 2: Incumbe ao Poder Público Municipal desenvolver políticas

públicas de saúde especificas voltadas a proteção dos direitos da Pessoa

com Albinismo, que incluam, entre outras as seguintes ações:

I - A elaboração e a implementação de cadastro municipal,

possibilitando o planejamento e o atendimento das necessidades locais;

II – A prestação de assistência e apoio ao diagnóstico de albinismo;

III – Fomentar o acesso à informação para pessoas com albinismo e para

seus familiares;

IV – A realização de campanhas de conscientização sobre o albinismo;

V -O Incentivo à formação e à capacitação de profissionais

especializados no atendimento à pessoa com albinismo;

V – A promoção de ações voltadas a garantir o direito à saúde, à inclusão

social e aos demais direitos sociais da pessoa com albinismo.

Artigo 3º: São direitos da pessoa com albinismo:

I- Acesso prioritário ao protetor solar, quando distribuído pelas unidades

básicas de saúde ou outros órgãos públicos do município de Vitória;

II- Acesso prioritário aos medicamentos essenciais ao tratamento;

III – Acesso prioritário ao agendamento de atendimento e exames

essenciais ao tratamento;

IV – Acesso as lentes especiais e aos demais recursos de tecnologia

assistivas – equipamentos óticos e não óticos – necessários ao tratamento

da baixa visão e da fotofobia, quando fornecidos através do município

de Vitória:

Parágrafo único: As prioridades previstas nesta lei não excluem as demais

prioridades legalmente reconhecidas.

Artigo 4°: Os direitos e garantias previstos nesta Lei não excluem os já

estabelecidos em outras legislações.

Artigo 5°: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atilio Vivacqua, 21 de Agosto de 2025.

Bruno Malias Mendes

Vereador - PSB



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir a Política Municipal de Proteção dos Direitos das Pessoas com Albinismo, com a finalidade de assegurar atenção adequada a essa parcela da população que enfrenta desafios específicos tanto no acesso à saúde quanto na plena inclusão social.

As pessoas com albinismo apresentam maior vulnerabilidade a danos causados pela exposição solar, bem como dificuldades visuais decorrentes de sua condição genética. Além disso, sofrem, muitas vezes, com a ausência de políticas públicas específicas, diagnósticos precoces e acesso contínuo a tratamentos adequados.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços. Também consagra, entre seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana (art. 1°, III), impondo ao Poder Público o dever de assegurar condições de vida digna e inclusão social para todos.

Neste sentido, o projeto busca consolidar, no âmbito do Município, medidas que favoreçam a atenção integral às pessoas com albinismo, tais como: a promoção de campanhas de conscientização e combate ao preconceito, a orientação para o autocuidado, a capacitação de profissionais da saúde e a ampliação do acesso a serviços especializados.



As ações propostas têm como objetivo não apenas garantir tratamento adequado, mas também reduzir o estigma social e promover a efetiva inclusão dessas pessoas em igualdade de condições, respeitando os princípios de universalidade e equidade do Sistema Único de Saúde.

Portanto, justifica-se a presente proposição como instrumento essencial para que a Administração Pública atue de forma integrada e eficiente, assegurando a proteção social e o pleno exercício dos direitos fundamentais das pessoas com albinismo em nosso Município.

Palácio Atilio Vivacqua, 21 de Agosto de 2025.

Bruno Malias Mendes Vereador – PSB

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300320030003100390036003A005000
Assinado eletronicamente por Bruno Malias Mendes em 09/09/2025 11:30 Checksum: 4FBD4E64139C4D84D0C52F402925BE4B62D2590CA5B8557171F9FEDBCA52252A